

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 730, DE 1991

(Do Sr. João Mendes)

Dispõe sobre a utilização de gás natural em táxis e dá outras providências.

(APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 82, de 1991)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica autorizado o uso de gás natural em táxis nos municípios onde haja disponibilidade desse energético.

§ 1º A disponibilidade deve levar em conta a seguinte ordem de prioridade para fornecimento:

I - Uso em coação;

II - Uso em transporte coletivo e de carga;

III - Uso em táxis.

§ 2º Somente veículos com menos de cinco anos de fabricação podem ser autorizados a fazer a conversão para uso de gás natural.

Art. 2º O suprimento de gás natural a táxis deve ser realizado por empresas especializadas na sua distribuição que operem estações de abastecimento a ônibus e a veículos pesados de carga no mesmo município, através de cooperativas.

Art. 3º O preço a ser fixado para a comercialização do gás natural para uso em táxis deve ser o mesmo cobrado para uso em ônibus.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

A Constituição confere competência privativa à União para legislar sobre assuntos de energia, conforme o art. 22, inciso IV, assim como estabelece, no caso específico dos combustíveis de petróleo, que a lei ordenará sua venda e revenda (art. 238), juntamente com outros tipos de combustíveis.


O gás natural ocupa, no rol dos combustíveis disponíveis no País, posição de destaque face ao baixo nível da poluição decorrente de sua queima, que o torna altamente desejado para consumo nos grandes centros, e face a sua disponibilidade, de acordo com informações da Petrobrás.

A dificuldade da sua utilização decorre da necessidade de compressão especial em instalações de alto custo. Trata-se de instalações altamente especializadas que exigem volumes compatíveis com o alto custo do investimento. Nesse sentido, o uso do gás natural em táxis favorecerá sua aplicabilidade como combustível veicular em ônibus e em veículos de carga, pois usará as mesmas instalações para abastecimento, em horários de trabalho compatíveis.

A aprovação deste Projeto de Lei permitirá fornecer serviços de transporte individual emergencial às classes de menor renda com menor custo, melhorará as condições de qualidade do ar nos grandes centros e ampliará a demanda de um energético disponível no País.

Por ser meritório, necessário e oportuno, es
pera-se contar com o apoio dos ilustres Pares do Congresso
Nacional para sua aprovação.

Sala das Sessões, em 18 de abril de 1.991


Deputado JOÃO MENDES

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA COORDENAÇÃO
DAS COMISSÕES PERMANENTES



CONSTITUIÇÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

1988

Título III

DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

Capítulo II

DA UNIÃO

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

IV — águas, energia, informática, telecomunicações e ra-
diodifusão;

Título IX

**DAS DISPOSIÇÕES
CONSTITUCIONAIS GERAIS**

Art. 238. A lei ordenará a venda e revenda de combustíveis de petróleo, álcool carburante e outros combustíveis derivados de matérias-primas renováveis, respeitados os princípios desta Constituição.
